

EDITORIAL

A **Revista Direito UTP** apresenta a edição de fechamento do ano letivo de 2025, sempre fiel ao seu viés multidisciplinar, com uma abordagem teórico-prática de temas que repercutem na esfera jurídica e social do cotidiano das pessoas.

No âmbito do **Direito das Famílias**, destaca-se o importante tema da guarda, como um dos atributos da autoridade parental, envolvendo a questão da violência doméstica e a efetividade do atendimento ao princípio do melhor interesse da criança. A pesquisa analisa os impactos da violência doméstica nas crianças que residem em lares conflituosos e como os modelos de guarda presentes no Código Civil podem impactá-las.

Na seara da **Responsabilidade Civil**, três temas se destacam, iniciando pela responsabilidade civil dos influenciadores digitais na divulgação de publicidades ilícitas nas redes sociais e pelo poder de influência que os criadores de conteúdo passaram a exercer nas redes. O artigo busca demonstrar a relação de consumo que se estabelece entre os influenciadores e seus seguidores, os tipos de publicidades ilícitas feitas por eles, além da possibilidade de atribuição da responsabilidade civil em casos de prejuízo provocado aos consumidores.

Seguindo a mesma linha investigativa, o segundo artigo também aborda a responsabilidade civil dos influenciadores digitais, mas sob ótica diversa, analisando os desafios práticos para o desenvolvimento de medidas concretas que preservem a liberdade de expressão na internet, sem negligenciar a responsabilização por danos causados, buscando uma equiparação da responsabilidade civil dos influenciadores digitais à dos jornalistas e das emissoras.

Ainda no âmbito da Responsabilidade Civil, o terceiro artigo analisa a responsabilidade civil médica, com foco em cirurgias robóticas, demonstrando que a regulamentação vigente não abrange as especificidades desse tipo de procedimento. O estudo procura evidenciar as lacunas existentes nos dispositivos do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor e na Resolução CFM nº 2.311/2022, bem como mostrar como o ordenamento jurídico brasileiro deve e pode equilibrar inovação tecnológica, proteção dos direitos dos pacientes e segurança jurídica de médicos e instituições de saúde.

No **Direito Penal e Processual Penal**, desenvolve-se o estudo referente à lavagem de dinheiro no Brasil, buscando compreender como as práticas de lavagem — desde técnicas clássicas até inovações digitais — desafiam as respostas normativas e operacionais do Estado. O artigo demonstra que o Estado brasileiro, embora possua arcabouço jurídico robusto, enfrenta desafios estruturais e tecnológicos para combater a lavagem de dinheiro de forma eficiente, destacando a necessidade de maior coordenação institucional, regulamentação de setores emergentes e cooperação internacional.

Por fim, no âmbito das **relações trabalhistas**, a pesquisa busca analisar como a desigualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil persiste como um entrave estrutural, mesmo diante das garantias constitucionais de igualdade e das legislações infraconstitucionais em vigor. O artigo examina os efeitos iniciais da Lei nº 14.611/2023 na promoção da equidade de gênero nas relações de trabalho e demonstra que, embora a referida norma represente um avanço expressivo no ordenamento jurídico brasileiro, sua efetividade prática depende de uma articulação multissetorial envolvendo o Estado, o setor privado, o Poder Judiciário e a sociedade civil.

Desejamos a todos uma proveitosa leitura.

Primavera de 2025

Conselho Editorial

Editora: Thaís G. Pascoaloto Venturi